



Pedro Augusto de Saxe e Coburgo: o rosto que alguns diziam ser igual ao do avô, D. Pedro II.

Capítulo I

O menino que queria ser rei

O Pão de Açúcar velava sobre a entrada da baía, quando o *Boyne* cruzou a chegada. Eram sete horas da manhã do dia 1º de abril de 1872. O Rio de Janeiro era, ainda, uma cidade onde africanos fugidos eram caçados nas ruas. Onde a febre amarela e a varíola eram a maior causa de mortes na população, enquanto poderosos tomavam o vapor e atravessavam o Atlântico para tratar de seus “incômodos hemorroidários”. Onde se tomava leite ao pé da vaca e os perus andavam em bandos pelas ruas, tangidos pelo vendedor.

A família imperial que chegava da Europa foi recebida com entusiasmo. No convés, ao lado do avô, o príncipe Pedro Augusto ouvia o distante clamor vindo das praias. Dos vapores, escaleres e canoas que aguardavam no canal partiam saudações. Em torno do Arsenal da Marinha, milhares de cabeças, lenços, sombrinhas, chapéus pareciam lhe acenar. Eram “vivas de amor e regozijo”, diriam os jornais. Da costa, chegava o som de metais e tambores das bandas navais. Das janelas, choviam flores. O menino bebia a cena. Era assim, ser imperador? O povo aguardava a família imperial comprimindo-se ao longo da rua Primeiro de Março. Acenos, gritos de boas-vindas, e os membros do ministério e os altos funcionários em fila para o beija-mão informal. Tudo era alegria no rosto de D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Ele mesmo também se sentia feliz. Feliz, talvez, pela primeira vez desde que a mãe morrera.

O avô abraçava o neto com ternura. Afinal, era o seu menino. A sua cara. Durante o primeiro ano em que o pequeno estivera na Europa, como se queixara, com saudades. Pedro era “o neto tão bonitinho”, o neto que alegrava, o “chibante” netinho, “o galante que promete ser muito inteligente”. Agora em suas mãos, a criança de 6 anos, fluente em

alemão, estava prestes a ser modelada. Caso o organismo de Isabel não operasse um milagre, Pedrinho substituiria Pedro. Seria Pedro III. Melhor prepará-lo.

De Paris, seu pai, Luis Augusto Maria Eudes de Saxe e Coburgo, conhecido como Gusty, escrevia para a “querida mamãe”, ou seja, a avó Teresa Cristina: “Tive medo que os pequenos sofressem em função do calor do Rio, mas também é verdade que eles devem se acostumar ao calor. Os outros dois pequenos vão muito bem, se desenvolvendo de maneira satisfatória. Os estudos de José um pouco mais adiantados do que pensei.” Assinava “Seu obediente filho”. As cartas eram curtas, quase bilhetes. Contudo, ele se preocupava com a sorte dos dois filhos imigrados. Mas o que era ser pai na segunda metade do século XIX? Duas características se somavam. Na literatura, eram figuras autoritárias. A severidade era a imagem mais comum associada ao genitor.

Mesmo na simplicidade doméstica, os privilégios do pai todo-poderoso não eram jamais abolidos. Só que o século XIX era, também, o século da supervalorização da afetividade. Ocorria uma espécie de proclamação da paternidade como forma de cidadania ao mesmo tempo em que se via a heroização dos papéis paternos: “Meu pai, meu herói.” São José entrava no rol do protetor da família. D. Pedro II não deu o exemplo, escolhendo os professores e gerenciando a formação moral de suas meninas? Não disse várias vezes que considerava a leitura, junto com a educação das filhas, o maior prazer de sua vida? A última etapa desta caminhada era a sucessão paterna nos negócios. Ou numa Coroa.

Era vitoriana, época, portanto, de valorização da paternidade. Mas, muito mais forte, de valorização da masculinidade. Masculinidade que era o oposto da feminilidade da mãe. Sem o culto à mulher, que era central para a cultura vitoriana, a virilidade ficava incompleta. A masculinidade era celebrada com exibicionismo. Alguns críticos, entre eles Goethe, se queixavam da presença de efeminados nos meios cultivados. Desde cedo, os meninos eram treinados para brigar, boxear, lutar, duelar e caçar. A

luta pela sobrevivência — este era o século de Darwin — justificava que o mundo animal servisse de exemplo para práticas que se repetiam no exercício burguês da acumulação. Ou no aristocrático, de acumulação de troféus. Gusty passava o tempo atrás de ursos, raposas e lebres. A frouxidão de gestos e de atos era impensável. Daí a ginástica. A mãe, princesa Leopoldina, combateu desde cedo as pernas de manteiga, o andar de papagaio e a barriga de Pedro Augusto. Exercícios, muitos. Até os mais violentos. Nas escolas alemãs e austríacas, o duelo com facas e espadas era emblema de civilização. As noções de honra — “antes morto do que desonrado” — enchiam as cabeças e ditavam a moda.

As irmandades nas universidades anglo-saxônicas eram a regra. Bem organizada, a camaradagem masculina estabelecia laços com conseqüências no mundo político e social. Um rosto marcado por cicatrizes de lutas era reconhecido como um rosto viril. Nesta época, Sigmund Freud inaugurou a descoberta do inconsciente, debruçado sobre a dupla sexo e agressão, enquanto a literatura romântica contava a saga de heróis másculos e bravos. Foi este misto de virilidade e afetividade que Pedro Augusto deixou para trás ao deixar seu pai. Foi deste ninho de autoridade e calor que ele alçou vôo, abandonando o palácio de colunatas brancas e os invernos que cobriam os parques vienenses de neve. Por seu lado, Gusty aceitou que os avós viessem buscar os meninos mais velhos. Afinal, com a esterilidade de Isabel, era preciso preparar o futuro Pedro III para assumir o trono brasileiro. Um Saxe e Coburgo nas Américas, no imenso império de café e açúcar, consolidava um sonho familiar: o de Leopoldo I da Bélgica, de Maximiliano do México, de seu pai e o seu próprio.

Depois do desembarque, a boca escura da capela imperial engoliu os mais velhos. Mas Augustinho tinha dor de barriga e por isso os dois irmãos foram levados, em carro aberto, para São Cristóvão. Pedro Augusto ainda teve tempo de se impressionar com os dragões que sustentavam o primeiro arco, com as figuras que representavam o comércio, a indústria, a agricultura e as artes, com os coloridos emblemas marítimos. Só não

conseguiu ler as inscrições “Gratidão e Trabalho”, na decoração oferecida pelo banco Mauá. Os meninos também não viram os coretos enfeitados pelas luminárias a gás que, à noite, se acenderam. E acenderam a cidade.

A convite do imperador, o reitor do Externato D. Pedro II deixara as suas funções para tornar-se preceptor de Suas Altezas. Ele era o Dr. Manuel Pacheco da Silva, futuro barão de Pacheco: médico sisudo e educado. “Ficaria muito grato se o Sr. Pacheco tomasse a seu cargo a educação de meus netos, Pedro Augusto e Augusto, ainda na infância e órfãos de mãe. [...] Bem sei os meninos, muito travessos, estão atrasados e falam pessimamente o português, apenas conhecem a língua alemã”, lhe dizia o avô.

Os primeiros anos passaram rápido. Aos 9 anos incompletos, Pedro Augusto foi matriculado na escola. Nas fotos com uniforme, exibia um lindo rosto de anjo. Anjo de olhar triste. Na imagem não se viam as cicatrizes internas. O colégio era o Pedro II. Mantido pelo imperador e inspirado nos liceus franceses, era o padrão de ensino secundário e a única instituição que possibilitava o ingresso nos cursos superiores. Seus exames de admissão, tão disputados, eram publicados nos jornais. O aluno que completasse o curso recebia o título de Bacharel em Ciências e Letras — baga do carvalho e ramo de loureiro, a *Bacca et laurea* — e tinha acesso direto às Academias. D. Pedro, que costumava se referir a ele como “seu colégio”, escolhia os professores, sabatinava os alunos, assistia às provas e conferia as médias.

No início orfanato, depois seminário, o colégio era a glória do ensino na Corte. Cópia de Eton, na Inglaterra, do Louis-Le-Grand, em Paris, as listas de chamadas atestavam a elite que por ali passava. A fachada do externato dava sobre a rua Larga e um pouco da paralela, a Camerino. Por trás, salas e corredores se espichavam em velhas construções do século XVIII. No interior do prédio, se ouvia o repique dos sinos da igreja de São Joaquim, anunciando a visita do imperador à escola. Duran-

te o recreio, os alunos acompanhavam as acrobacias do velho sineiro, um africano de nome Pirro, que caçava corujas na torre.

Já o internato, onde meteram o pequeno príncipe, ficava no Engenho Velho, na Chácara da Mata: um sobradão com sete palmeiras na frente, próximo ao Largo da Segunda-feira. Pintado em azul-anil com alegorias na platibanda e estuques imitando bronze, exibia um letreiro colossal: INTERNATO DO COLÉGIO PEDRO II. A entrada central era lavrada em cantaria em meio às nove portas, encimadas por nove janelas. O vestibulo branco e cirúrgico recebia pais e filhos. As aulas começavam em meados de fevereiro. A entrada era solenizada. Neste dia, se enfeitava a palmatória, posta em lugar de destaque. Além das salas de aula, a biblioteca impressionava: mapas, estampas de história santa, coleções botânicas e zoológicas pendiam das paredes. Na sala comum de estudos, grandes armários de portas numeradas permitiam ao aluno guardar cadernos, livros e pertences pessoais. Mas, também, folhas rendadas, caveiras de pas-sarinho, ovos vazados, cobras em cachaça. O pequeno príncipe gostava de pedras. Logo viu onde ia esconder as suas.

A bagagem era pouca. Toda a roupa e as botinas eram marcadas com o mesmo número. Guardadas na rouparia, eram arrumadas num escaninho com o dito número. As camas de ferro, também numeradas, traziam plaquinhas identificando os ocupantes. Nos quartos, baldes de mijo ficavam dentro de móveis especiais, perto das portas e janelas. O cheiro de creolina mal disfarçava o de urina. O refeitório se compunha de quatro imensas mesas de mármore à volta das quais se sentavam cinquenta alunos.

Durante as refeições, um deles lia as cartas que escrevera para a família, maneira de entreter os demais. Guardar o pão da merenda vespertina era maneira de ter ração extra, frente ao magro café-da-manhã. Uma sineta estridente marcava a passagem do tempo. Uniformes diários eram fardas verdes, trazendo o P II do monarca. As provas exigiam casaca, gravata branca, punhos rendados e luvas de pelica. Atrás das mesas cobertas

de veludo bordado a ouro, nos exames de fim de ano, se enfileiravam as túnicas pretas do reitor e dos examinadores. Para o menino Pedro Augusto, a entrada no colégio foi a passagem para a vida comunitária. Dormir junto, comer junto, brincar junto, estudar junto. Chorar... só!

Ele teria que estudar. E muito. A reprovação nos exames do Pedro II era sinônimo de luto familiar. De aluno pestiferado! Sem férias, encerrava-se o menino em casa, portas e janelas fechadas. Um chefe de disciplina era o senhor absoluto dos destinos: controlava os castigos e as saídas: “Comunico-vos que o aluno tal perturbou o estudo da noite com cacholetas e besouradas.” Sábado, o moleque não iria para casa. A cafua — prisão escolar — fora, contudo, suspensa pelo Dr. Pacheco. No recreio, cuidados. Nos primeiros dias não faltava o “bolo humano! Bolo humano!”. O novato era enterrado sobre uma montanha de nádegas. Os veteranos vinham correndo e se jogavam sobre ele. A chulipa era o cas-cudo que se tinha que passar adiante. Os trotes eram obrigatórios nas semanas iniciais, e, esquecido de que era príncipe, o menino não escapou do ritual.

Entre as aulas, havia um recreio de dez minutos. Servia para correr às privadas, para o cigarrinho escondido, para matar a sede nos bebedouros. Em sala de aula, os ritos eram de praxe: o arrasta-pé demonstrava reação coletiva de insatisfação com o mestre ou de riso de um colega. O ensino era fraco. Os alunos bocejavam, bestavam, sonolentos. Os professores, com honrosas exceções, eram funcionários mal pagos, geralmente pertencendo a um nível social e de instrução inferior aos próprios alunos. Tinham, portanto, que se bater contra eles. Revidavam com castigos terríveis as piadas, as caricaturas nas latrinas e a gozação que fermentavam entre os jovens. E não faltavam críticas de alunos a Benjamim Constant — que lecionou na casa — por sabê-lo protegido de D. Pedro, mas capaz de maldizer a monarquia na frente da garotada.

Havia amores platônicos. Alguns alunos veteranos sabiam ser paternais, fraternais, mesmo maternais. As obsessões eróticas, típicas da idade,

eram saciadas em folhetos que circulavam das mãos de funcionários para as dos alunos, mediante alguma propina. Saciavam-se melhor ainda nas coleções de livros de arte. Pinturas e esculturas prolongavam a esfera do que era possível ver ou imaginar: sobretudo, os quadris e seios marmóreos. As cabines óticas, nos feriados e férias, alimentavam a visão do corpo feminino nu. As feiras populares exibiam reproduções anatômicas em cera. As peças eróticas encontradas em Pompéia circulavam em fotografias, instruindo sobre a matéria arqueológica e, principalmente, sobre sexo. Completava-se a formação sexual pela contemplação de todas as Vênus possíveis, em mármore ou papel. Para se excitar, havia os cabelos femininos, tão longos que eram capazes de vestir peitos e quadris, verdadeiro fetiche vendido a metro na rua do Ouvidor: cabelos de meninas mortas, de meninas virgens com os quais os garotos sonhavam. E a lingerie? Seu perfume ou a simples exibição de uma peça tinha uma incrível carga erótica.

Esta foi a época dos ladrões de lenços femininos, cujo perfume embalava o sono dos rapazes adolescentes e adultos. Já o lenço masculino era o companheiro dos punheteiros. Quase nada se dizia, mas os professores estavam alerta para o que consideravam uma praga. A masturbação e as perdas seminais influíam no rendimento escolar. Os meninos emagreciam. Cobriam-se de espinhas. O vício solitário degenerava em diarréias brabas. Inspeccionava-se o dormitório. Investia-se na prática da ginástica. Era o erotismo romântico ensinado desde a puberdade. Pois a meninice dos netos do imperador transcorreu sem maiores problemas entre o colégio e a casa do avô.

Instalados no velho Paço, os dois irmãos descobriam a casa onde as princesas Isabel e Leopoldina passaram a infância. Nas noites mergulhadas no silêncio do grande palácio, Pedro Augusto se revirava na cama. Ao lado, Augustinho ressonava, exausto, mas ele tinha dificuldade para dormir. Era um suplício esperar a mãe que não vinha mais para lhe dar o beijo noturno. Para distraí-lo da dor, os avós tinham comprado uma lanterna mágica. O aparelho era colocado sobre a luminária a gás, e, como

por encanto, as paredes cansadas se revestiam de pequenas aparições sobrenaturais, de luzes e cores em forma de arco-íris ou estrelas. Lutando contra o cansaço, o menino retroagia no tempo.

Alguém lhe contara sobre o bigode espesso, o queixo másculo, o cabelo curto, a gravata fina e as mãos hábeis. Parecia um homem. Mas era Josefina Durocher, parteira e mulher-macho, a puxá-lo entre as coxas da mãe. Era francesa, atendia em casa e tinha toda a confiança da família imperial. Foi a primeira a demonstrar que não se provava virgindade em mulher enfiando um ovo vagina adentro. Era a tarde do 19 de março do ano de 1866. Os canhões das fortalezas e navios no porto da Mui Heróica e Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro anunciaram seu nascimento. Era o primeiro neto de um avô de 40 anos que, na juventude, enterrara dois herdeiros.

A luz na palmatória de níquel presa na parede avivou outra imagem: a de um círio esculpido e ornado de ouro com quatro peças de dez mil-réis cravadas em forma de cruz. Ele iluminava um aparador coberto de veludo verde, sobre o qual esticaram a veste alva que o cobriria. Já tinha quase um mês quando atravessou o cais do Carmo que ligava o paço à capela imperial. A penugem dourada da cabeça sobressaía entre os membros do cortejo solene, gente morena e vestida de escuro. Com os pais, igualmente louros, mais pareciam uma trinca de cisnes a atravessar um charco de rãs pardacentas.

A fila compenetrada de membros da família imperial caminhava sob o badalo dos sinos e os vivas do povo. A gente se apinhava nas janelas do hotel Pharoux ou nas sacadas que se enfileiravam do largo da Assembléia à rua do Cotovelo, da São José ao beco da Fidalga. Belo como um cromo, ia viver o cerimonial minucioso prescrito pelas normas das cortes. Seus padrinhos: o avô, Pedro II, e a rainha dos franceses, Maria Amélia de Bourbon-Nápoles, representada pela imperatriz Teresa Cristina. A lentidão nas comunicações — os cabos telegráficos submarinos seriam instalados somente em 1874 — impedia, todavia, de saber que a dinda morrera 16 dias antes da festa.

Emocionados, todos cruzaram a portada em lioz, vinda de Mafra, encimada por um medalhão, com a Virgem do Carmelo. Emocionados, sim. Afinal, a falta de herdeiros varões era um perigo para a Coroa brasileira. A jovem mãe, Leopoldina, perdera dois irmãos: Afonso, falecido aos 2 anos, e Pedro, antes de completar um. Sua irmã, Isabel, fora doente na infância e, por duas vezes, esteve em perigo de morte.

Sob a abóbada dourada da Sé, acariciando a nuca leitosa da mulher, com a criança no colo, Gusty não podia deixar de pensar que era este o quinto império no qual pisavam os Saxe e Coburgo. De um pequeno ducado, ou melhor, de dois pequenos ducados geminados que compreendiam, em 1867, não mais do que 168.851 almas, contando somente duas cidades, Gotha e Coburgo, saíram, no correr do século, várias casas reais ou príncipes para dinastias em crise de varonia. De fato, seu pai, Ernesto II Augusto Carlos João Leopoldo Alexandre Eduardo, duque de Saxe e Coburgo, de Juliers, de Clèves e Berg, de Eugern e de Westfália, Landgrave da Turíngia, Margrave de Meissen, conde principesco de Henneberg, conde de la Marche e de Ravensberg, senhor de Ravensstein e Tona, reinante em seu pequeno estado desde 1844, era aparentado com diversas cabeças coroadas; irmão do príncipe consorte da Inglaterra, o famoso Alberto, casado com Vitória; primo-irmão do rei honorário de Portugal, D. Fernando; primo do rei Ferdinando, dos búlgaros; e, finalmente, sobrinho do rei Leopoldo, dos belgas, um dos maiores articuladores políticos do século. Seu sangue já pulsava em cinco casas reinantes. Por pouco não fora coroado, aos 19 anos, rei da Grécia. Se não fosse tão jovem e católico, as ilhas do mar Jônico não teriam ido parar nas mãos de um dinamarquês: o duque Cristiano de Sonderburg-Glücksburg. Por que não encontraria um trono, para si e para os seus, na longínqua América tropical, o Brasil do fumo e do café?

Contida ao lado da princesa-mãe, a mana Isabel sofria. Ah! A *envídia*. A felicidade da irmã lhe fazia mal como um espinho enterrado no coração. Trazia irritação, vergonha, pois a alegria de Leopoldina era, para

ela, um copo de veneno. O prazer de uma tornava-se ferida na outra. Inveja no olhar carregado de amargura. Olho gordo, olho grande sobre a pequena criatura causadora deste conflito íntimo. Frustração quanto a este objeto não possuído: um filho! Casara primeiro. Seria estéril? Maldição. Quantas vezes não fora a Caxambu e Lambari tomar banhos de águas milagrosas. O bidê de louça inglesa transbordando, e as abluções repetidas, na tentativa de tornar o solo fecundo.

Frialdade ou frigidez era o nome que davam a esta doença. Com quantos remédios não tentara solucionar o problema, até os mais populares: chá de erva de carrapato ou de figueira-do-inferno. Novenas à santa Ana e santa Comba, padroeiras da fertilidade conjugal. Defumadouro das partes íntimas com a erva chamada pombinha. Não ousara pedir ao marido, Gaston, que urinasse num cemitério pela argola de uma campa. Que untasse a região púbica com sebo de bode, ou que bebesse garrafadas de catuaba. Ele a tomaria por uma primitiva. Riria-se dela. Ainda assim, escrevera ao marido: “Eu quero tanto ser a mãe do teu filho, ter um filho de quem eu amo tanto, de quem eu amo acima de tudo, meu amor!!!”. O menino no seio direito da irmã, e uma serpente, no seu seio esquerdo. Uma sorria, a outra sangrava. Que prazer maior do que a destruição do objeto invejado?

“Minha maninha do coração, mana e amiga, queridinha, nariz de telha, senhora laranjeira.” Amigas? Desde pequenas, as desavenças entre as princesas eram feitas de silêncio e discrição. Leopoldina, “a bela”. Isabel, a feia, destituída de sobranceiras, o que aumentava o seu já comprido nariz. Feia, mas “boa e angelical”, segundo a condessa de Barral, aia das princesas. Isabel merecia toda a atenção da dita condessa e, também, da governanta francesa, Madame Templier. Afinal, era a sucessora do trono e descrita como muito inteligente. Leopoldina, a segunda na linha de sucessão, tinha que viver com as desvantagens de ser a mais moça. Dava o troco: era rebelde, irascível, difícil. Quando não se bicavam era de causar

espanto, segundo conta a Barral à imperatriz Teresa Cristina por ocasião da viagem do casal imperial ao Nordeste.

“A mana foi à Glória”, queixava-se ao pai Leopoldina, “é divertimento, e bom divertimento; eu já ouvi missa, não acha que eu devo me divertir a tempo que ela se diverte?” E a resposta paterna: “Não tem obrigação de estudar senão durante o tempo que marquei; porém quem estuda mais sabe mais... Adeus, seja boa menina!” Pois, sim, “boa menina”. Difícil dobrar esta personalidade forte. “*Minha travessa Leopoldina*”, a chamava a Barral.

Pois da mais moça viera o primeiro herdeiro. Da bela, nascera a fera. De sangue turingês e não francês, era o primeiro herdeiro, promessa de futuro imperador do Brasil. Criança gerada sob o signo de *La Guerra Grande*, a Guerra do Paraguai. Daí, talvez, ter nascido frágil. Um primeiro batismo, sob comoção dos avós e pais, foi *in extremis*. Depois ganhou cores e força. Gusty ainda guardava as impressões da partida, nove meses antes, com o sogro para Porto Alegre. Viajaram na segunda quinzena de julho, logo depois que a notícia da invasão inimiga chegara à Corte: Uruguaiana fora ocupada a mando de Solano Lopez. A saída no vapor *Santa Maria*, comboiado por dois transportes cheios de tropas e o povo a acenar das praias: inesquecível. Mas, se perguntava, quando teriam concebido este filho? Os anjos na talha do altar-mor da Sé fizeram-no pensar nos outros. Naqueles outros que os vigiavam entalhados na cama de casal, quando ele a procurara, tão formosa e doce, de quatro, sob metros de pano do camisolão.

E a cruz, a toda-poderosa cruz do altar-mor, lembrava as missas a céu aberto, celebradas nos hospitais de campanha para os combatentes, ou as pequenas igrejas caídas de branco, tão pobrezinhas em comparação com a Sé da capital, igrejas que serviam de hospitais aos feridos nos campos de batalha. Lembrou-se de si mesmo, um europeu em contraste com os morenos voluntários da pátria, os zuavos da Bahia, negros vestidos com o fardamento do Exército francês na Argélia, os gaúchos peludos que compunham os Guardas Nacionais da cavalaria ligeira. Já os fogos que estouravam do lado de fora da catedral para saudar seu menino

lembravam o espocar das espingardas a *minié*, das clavinas e das pistolas usadas pela cavalaria no cerco de Uruguaiana.

O casamento no qual nascera esta criança se realizara um ano antes. Duas irmãs unidas a dois primos, direto do interior da família real para o noivado e o casamento. Uniões dinásticas eram planejadas com anos de antecedência. Quando Isabel e Leopoldina tinham apenas 9 e 8 anos, D. Pedro especulava sobre seus maridos. Um português? Nem pensar. Teria a oposição dos brasileiros. Seria como voltar aos tempos da colonização. Não havendo nobres brasileiros, os maridos tinham que vir de casas reais européias de religião católica. O importante é que, dentro dos limites de um casamento arranjado, houvesse pelo menos simpatia entre os companheiros escolhidos.

Escrevendo ao cunhado, o príncipe de Joinville, casado com Francisca, sua irmã mais moça, a quem encarregara de arranjar maridos para as meninas, D. Pedro afirmava que não as obrigaria a casar contra a vontade. Ele jamais esquecerá sua decepção ao ser apresentado a Teresa Cristina: feia, sem graça e coxa. Diante da decepcionante visão, ele passou mal. Quase desmaiou. E ela, por seu lado, chorou desesperadamente. Envergonhava-se, pois sabia que não correspondia, nem de longe, à imagem na miniatura que da corte napolitana tinham enviado ao noivo no Brasil.

Em maio de 1864, a fala do trono anunciou o casamento das princesas. Já estavam ambas, como se dizia, então, “colocadas”. Nenhuma palavra sobre os possíveis pretendentes. Uma lei foi baixada, assegurando às duas irmãs dotes e rendas. Na mira, os sobrinhos do cunhado Joinville. Um filho de sua irmã, Clementina, e outro do irmão, príncipe de Nemours. Para sorte das duas jovens, as descrições e fotografias mais aproximavam os rapazes da imagem de príncipes de contos de fadas do que de sapos. Gustý, “belo, bem batido, um pouco frívolo”. Gaston, o futuro conde d’Eu, como sua futura noiva, aliás, “bom, amigável, inteligente”. E, como ninguém é perfeito, um pouco surdo. Não se sabia quem ficaria com quem.

Pois “a 2 de setembro de 1864 chegavam ao Rio o conde d’Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejava essa viagem tendo em vista nossos casamentos. Pensava-se no conde d’Eu para minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações decidiram diferentemente”, escreveu Isabel em seu diário. Enquanto isto, Gaston se correspondia com a irmã, preparando-a para conhecer a noiva: “nada tem de bonito no rosto, mas o conjunto”, afirmava, “é gracioso”. Isabel estaria mais apta do que Leopoldina para assegurar-lhe “a felicidade doméstica”. Em resumo: os bonitos, entre eles. E os feios, entre eles. A 15 de outubro deste mesmo ano, Isabel se casava com o conde d’Eu, elevado a marechal do Exército brasileiro. Em 15 de dezembro, na mesma capela real, os sinos tocavam para Leopoldina e Gusty, nomeado almirante da Esquadra Imperial. Eram duas crianças: ela, com 17 anos, e ele, com 20. Ele, nem maioridade possuía. Foi mesmo preciso enviar um diplomata a Viena, a fim de obter “do chefe da família do jovem príncipe os plenos poderes necessários”.

“Incumbindo-me Sua Majestade o imperador de convidar para assistir de grande gala, em uma das tribunas da imperial capela, ao ato solene do feliz consórcio... Deus guarde V. Exa.”, dizia o convite.

Para as irmãs, o casamento significava o adeus à Quinta da Boa Vista, com sua alameda de bambus e mangueiras onde brincavam de esconde-esconde e de bonecas. Mas, também, adeus às aulas de história do Brasil, inglês, alemão, música, filosofia, botânica, bordado, caligrafia, desenho, fotografia e dança. Era o fim das “festas de meninas” que rompiam o clima carrancudo do palácio, festas que excluía políticos e nas quais encenavam com amigos peças de teatro escolhidas de um livro francês — o *Théâtre des Petits Châteaux*, alternando-se em vários papéis: flores falantes, fadas, bruxas. Era o adeus à canja de galinha quase diária, à carruagem de gala fora de moda, à voz bem timbrada da imperatriz, que, cada vez menos, solfejava *Una Voce Poco Fá* de Rossini.

Deixavam para trás o velho palácio, quase um convento, onde tinham crescido, com suas plantas, pássaros, animais favoritos. Era preciso deixar

o ninho onde se sacrificavam aos ritos familiares. Deixar-se uma à outra. Deixar os pais. Deixar os quartos e as camas onde sonharam com estes companheiros prometidos. Percorriam as peças da casa onde passaram a infância, que abandonariam para sempre. Diziam adeus a cada objeto, ao piano, aos livros, às caixas de costura, aos velhos brinquedos. Em pouco tempo, o assunto tornou-se o cuidado com a futura casa, os filhos que viriam, o amor aos maridos. Agora, depois de casadas, poderiam, também, ir a bailes e teatros que nunca freqüentaram. Escutavam de olhos baixos, dóceis, submissas, tudo o que dizia respeito a tais questões. Sabiam, contudo, que estavam sendo empurradas para uma vida nova. E para o único exercício que dava então sentido à vida das mulheres: a maternidade. O que era, então, uma mulher casada? Alguém que desejasse ser mãe, amar seu marido e praticar a arte de agradecer.

Tudo o que se ensinava a respeito da maternidade era contraditório. Sim, a criança era uma graça de Deus. Mas era, igualmente, o comprovante de atos grosseiros. Atos quase que repreensíveis, mesmo entre esposos, se a procriação não os justificasse. A moral ditava as regras para as mulheres. Em vez de lhes ensinar apenas o pudor, se lhes impunha a inocência. Ou seja, a absoluta ignorância do sexo físico. Eram privadas de qualquer olhar sobre o próprio corpo. Fechar os olhos para trocar de roupa era obrigatório. E a toailete íntima? Esta era tida por algo próximo à libertinagem. Para estimular o instinto materno, ganhavam bonecas, pequenos cachorros e gatos. Encarnavam todo o frescor do mundo, toda a pureza, comparadas a lírios, pombas, anjos. Branco era o vestido da primeira comunhão, da primeira festa e do casamento. Branco era o enxoval. A rosa branca era símbolo de virtude, castidade e abnegação, flor da mocidade.

O ardor do noivado era feito de negativas. O requinte consistia em resistir cedendo a um afago, um suspiro, um olhar, até à ousadia de um gesto impaciente de ternura. E as surpresas da primeira menstruação ou da noite de núpcias? Alguns médicos sugeriam usar a ave-maria e a passa-

gem “o fruto do vosso ventre” para explicações superficiais e mínimas. As mães? Recuavam. Não queriam macular a timidez de suas virgens filhas com muita informação. Os maridos? Eram os únicos qualificados para iniciar a jovem esposa. Eles buscavam as ignorantes dos jogos eróticos, a quem iriam despertar com prudência.

As funções que decorriam do casamento se realizavam por instinto, como que sob o império do sono. A química fisiológica, tão complicada, percorria seu caminho sem pedir conselhos. A perpetuação da espécie, a continuação da linhagem, operada pelo amor e o matrimônio, a constituição da família eram, enfim, o único objetivo. O casamento era o sonho legítimo. Mas não só. Para dar ao amor conjugal o infinito prazer era preciso sofrer na própria carne. Quantos filhos arrancados do fundo das entranhas? E depois dos gritos e da agonia do parto, do permanente cansaço e da inquietação, das ansiedades e tristezas em torno de um berço, para que servia a mulher senão para engravidar de novo? A medicina, por meio das leis da “ovologia”, até recomendava que uma jovem só se casasse dez dias depois do trabalho de ovulação. Era preciso pegá-la num momento de esterilidade, do contrário ela ficaria grávida no primeiro mês de casamento. Não sobraria tempo nem para conhecer o marido.

Para Leopoldina e Gusty, a ciência do amor tinha então um recado simples: era preciso amar, sem nada precipitar. Deixar fluir as coisas, os passos se sucedendo na ordem natural, evitando toda irritação duradoura. Mão na mão. Olhos nos olhos. Enquanto o dia D não chegava, os jovens se achegavam. Trocavam bilhetes amorosos, pequenas lembranças, “ainda tenho que escrever muito a Gusty”, explicava ao pai, desculpando-se pela falta de tempo... “cordiais saudações e saudades a Augusto, a quem não tive ainda o prazer de ver. Dê-lhe este amor-perfeito da parte de Mme. Pica-pau”. O que não exprimiam por palavras, diziam, um ao outro, com a gramática do corpo: rubores, piscadelas, olhos brilhantes, tremores. Ou era revelado em carta para Isabel:

Não creia que a carta que Augusto escreveu foi ditada por mim; ele escreveu sozinho. O português dele tem feito progressos. As *soirées* têm se tornado escola. Cada vez eu gosto mais dele como ele a mim. Você deve, sem dúvida, sentir o mesmo por Gaston. Eu não posso mais dizer uma coisa a Augusto sem que o papai ou a mamãe queiram saber. E agora vejo-me perpetuamente em calças curtas. [...] Em Petrópolis, hei de ter o prazer de almoçar com meu benzinho todos os dias que ele não for à caça.

Fragments desse processo amoroso revelavam mais além da felicidade dos encontros. Expunham a matriarca por trás das filhas: zelosa, dominadora e, provavelmente, ciumenta. Matriarca como as muitas que Freud irá denunciar, algumas décadas mais tarde, como mães castradoras. Mães sufocantes. *Maman*, as sílabas úmidas invocadas na mais extrema dependência, ídolo reclamando preces. Mães capazes de expor a ambivalência dos sentimentos maternos. Como elas, a imperatriz colava-se às jovens mulheres. Bebia-lhes a felicidade, num copo de fel. Lembrava-se com amargura dos primeiros meses do seu próprio casamento, tempos marcados por estranho acanhamento do marido. Na Corte, até correram rumores registrados em correspondência diplomática — uma vergonha! Se ouvira dizer que “o Daiser escrevera oficialmente a Metternich comunicando que o imperador tem impedimento físico para as funções matrimoniais”, com o adendo: “a comunicação fora documentada com uma atestação do Dr. Sigaud.” Um mês depois das bodas, os criados que lhes mudavam os lençóis murmuravam que não havia sinal de intimidade entre eles. O matrimônio das filhas lhe enchiam destas terríveis lembranças. Mas havia um alívio nisto tudo.

Exultava por ver-se, finalmente, livre — como confessou a uma dama do paço que a cumprimentou —, livre — insistia — da Senhora Barral. A aia de Isabel e Leopoldina, sobre quem corriam rumores de uma ligação amorosa com D. Pedro II, foi sempre uma sombra sobre ela. Teria Teresa Cristina jamais entendido que era preciso renunciar aos

seus desejos de dominação, adaptar-se, reduzir-se à figura humana, encontrando um meio-termo entre a intrusão destrutiva e o devotamento sem limites? Doente, envelhecida, nunca bela, mãe de dois filhos mortos, observadora sofrida dos amores concretos ou imaginários do marido, com quais sentimentos via a felicidade de Leopoldina?

Durante o noivado, esta desabafava com a irmã: “Eu estou com inveja sua por causa do bom tempo que você há de estar passando só com seu Gaston e não sendo vigiada pelos olhos incomodativos de mamãe, que ontem não deixou de desprezá-los de nós ambos. Eu não posso dizer uma palavra a Augusto sem que mamãe queira saber o que eu disse...” Queixava-se também à sua confidente, a condessa de Barral: “Mamãe é muito boa pessoa, mas é muito dominadora, gosta que tudo vá como ela quer. Mesmo papai deve fazer o que ela quer, apesar de que Deus no Evangelho diz que a mulher tem que se submeter ao homem... mas você conhece mamãe e sabe que nós nunca lhe dizíamos alguma coisa sem que a Josefina e toda a viscondessada soubessem. O que lhe posso dizer é que as duas pessoas com que meu gênio vai melhor são você e Gusty.”

Ou ainda:

Muito querida Isabel

Você sabe que quando uma pessoa tem vontade de chorar e lhe dizem que ela chore isto ainda dá mais vontade. Depois mamãe está perpetuamente dizendo que eu tenho ciúmes da amizade que ela tem com ele. Diz também que eu não quero fazer prazer a ele. Como! Eu! Que gosto tanto dele. A minha vontade é só de agradar a ele. Ele gosta também muito de mim. Mas ainda não pudemos falar de nossos negócios. Esta cartinha é uma lengalenga, mas você sabe que depois de Augusto é a você e à condessa que quero contar minhas misérias... Tomara já ir para Petrópolis para que Augusto possa se divertir um pouco caçando e passeando. Coitado, até agora ele tem estado condenado a ficar sozinho naquele imenso palácio da cidade.

Já sei que tem um cão emprestado e que este chora a separação de sua mulher. Eu compreendo isto pela largura do tempo quando não estou com o Augusto. As saudades são muitas.

Todos lhe beijam a mão.

Leopoldina e Gusty se casaram. A lua-de-mel foi em Petrópolis. Os pombinhos começaram a reformar um palácio próximo ao dos imperadores. O chamado paço Leopoldina ficava entre a rua São Cristóvão e a rua São Francisco Xavier, comunicando com a Mariz e Barros — toda calma neste recanto sossegado do chamado Engenho Velho, antiga propriedade rural dos padres jesuítas. O lugar deve ter agradado ao duque de Saxe. Acostumado a cavalgadas e caçadas na região de Ebenthal, onde residia na Europa, soube reconhecer no caminho que passava à frente da igreja de São Francisco Xavier a trilha para a mata da Tijuca. O governo coibira o desmatamento, proibindo a derrubada de árvores nos mananciais dos rios Paineiras e Carioca. Quando o casal se mudou, o major Archer já começara o reflorestamento com espécies nativas e exóticas.

A presença da água, bem como a mata remanescente nas encostas, atraía, sobretudo, macacos, papagaios e preguiças. Na vizinhança, só chácaras e vivendas. Plantações de café, aqui e ali, ainda manchavam o pequeno vale. A cidade na qual se estabeleceram os recém-casados ainda tinha muito de uma paisagem rural. À frente do palácio passava, puxado a burros, o bonde da Companhia Vila Isabel, trazendo o dístico *Parque Imperial*. A campainha da parelha de animais quebrava, de quando em quando, a algazarra da passarada.

Incrustado num lindo parque, de frente para quatro palmeiras, o imóvel nada tinha de espetaculoso. De estilo neoclássico, parecia uma das construções que os discípulos do arquiteto Grandjean de Montigny espalharam pelo Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. O frontispício, que ocupava dois andares, era dividido em sete janelas sisudas, mas elegantes. Uma escadaria, cortando o prédio ao meio, levava ao

vestíbulo de entrada. Em lugar de telhado, uma feira de colunatas fazia as vezes da cimalha. O interior era decorado ao gosto da época, com pinturas cenográficas ou de naturezas-mortas. Nos tetos, o estuque trabalhado por artesãos recém-imigrados da Itália. Bairros como o Catumbi, Rio Comprido e Tijuca começavam a ser ocupados por mansões.

Na correspondência das manas constatava-se o açúcarado do dia-a-dia. Um mundo a construir. Se Gusty saía para cavalgar ou caçar, Leopoldina se recolhia, quase que religiosamente. Acalentava seu maravilhoso sonho. Reproduzia cada detalhe de um marido terno, generoso e gentil. Ela repassava com doçura sua alegria e a energia explosiva. Recordava seu rosto, seus gestos. Enrubescia. Queria pertencer e depender dele exclusivamente. Saboreava solitariamente as marcas humildes da paixão. Se ele atrasava, derramava uma lágrima de impaciência, a imaginação transbordava em imagens torrenciais — as flores sobre a mesa arrumada e rearranjada não o faziam chegar mais depressa. Mas, de repente, os passos na escadaria, e, de dois em dois degraus, o jovem irrompia no salão. Eram felizes.

Minha querida Isabel

Como vai passando com seu maridinho? Eu estou em perfeita saúde assim como o meu. Eu vivo muito feliz com o meu Caro; Gusty é excelente para mim. Eu faço tudo o que quero, ele quer, bem entendido, porque a vontade dele é a minha... *Mon bien assorti époux* — meu marido cheio de qualidades — tem feito lindas caças de pássaros... O tempo que passei sem Gusty pareceu-me compridíssimo.

Adeus... saudades a D. Gaston e meus cumprimentos mais afetuosos aos outros.

Sua mana muito do coração e madrinha.

Como passava uma boa esposa o tempo? Cuidando da casa, dando ordens aos domésticos, fazendo a lista da despensa, conhecendo todos os pontos de tapeçaria e bordado, evitando frouxos de riso ou bocejos.

E, além de boa, uma honesta? Devotando-se à castidade e à repressão sexual. É provável que as duas jovens princesas seguissem as regras da época vitoriana. A felicidade doméstica era o lema que pendia sobre o leito conjugal. Maridos também tendiam a ser prestimosos e devotados.

O casal passava temporadas em Petrópolis. Lá não se tinha vida de castelo e, ao contrário, vivia-se numa exagerada simplicidade. A severidade do cerimonial era substituída por um burguesismo sem etiqueta e, segundo alguns, sem gosto. Essa falta de afetação era malvista por observadores estrangeiros ou mesmo nacionais, que julgavam ter o casal imperial que dar o exemplo. As más línguas murmuravam que tanta naturalidade amesquinhava a instituição monárquica. Um deles dizia entre dentes: “*Oh! Ce n’est pas la cour, c’est la basse cour*” (não é a corte, é o galinheiro). O programa diário variava entre aguardar na estação os viajantes vindos do Rio, passeios por entre chácaras, reunir-se para as celebrações do mês de Maria na igreja Matriz, exposições hortícolas no Palácio de Cristal, visitas ao hotel Orléans e encontros nas duchas. O jornalista e escritor teuto-riograndense Karl von Koseritz descreveu, menos ácido, o cenário: “Uma população elegante se acotovela na estação; ligeiros *cabs*, puxados por cavalos de raça, são guiados por senhoras; esbeltos cavaleiros caracolam sobre lindos meios-sangues, com um criado de libré, a retro. A carruagem imperial circula, seguida de um carro a quatro, com veadores de serviço e uma dama da imperatriz.”

Em grupos se comentavam produções literárias nacionais e francesas, a estação do Theatro Lírico, a impressão dos últimos espetáculos, a voz das cantoras, a plástica das atrizes, o valor musical das peças. Crítica fácil e alusões maliciosas envolviam o nome de divas como Adelina Patti, Maria Durand, Salvini, Coquelin, Sara Bernhardt. Discorria-se sobre os artigos publicados no *Diário de Notícias* ou no *Jornal do Commercio*. Ria-se discretamente de mais uma caricatura do imperador na *Semana Ilustrada*. A evolução das anquinhas e mangas bufantes ocupava as mulheres.

A sociedade se encontrava e convivia menos nas moradias quietas do que nas ruas, na estação, na igreja, nos hotéis e nos bailes. A chamada *petite étiquette*, uma etiqueta com menos cerimônias, inspirada na corte de Napoleão III, se harmonizava com o cenário bucólico de montanhas, córregos e hortênsias, reduzindo a família imperial à sua expressão mais singela. Em sua correspondência, Leopoldina se queixava da chuva insuportável e comentava os passeios a cavalo que levavam o casal do Palatinato à Renânia, os concertos de sapos ao cair da tarde. Em casa, lia-se muito e até exageradamente. Não poucas vezes, os moços escondiam os livros do imperador, evitando que ele fizesse leituras em voz alta, quando todos seriam obrigados a escutá-lo, fingindo atenção. Passava-se tempo, também, adivinhando provérbios, fazendo mímica, olhando álbuns de fotografia, jogando prendas, o *whist* ou o voltarete. Às 21 horas, noite calada.

Se na serra tudo era calma, nos confins do país rugia a guerra. Era, apenas, o seu início. A rendição de Uruguaiana não fora o fim, mas o começo de uma prolongada luta. “Forças e mais forças a Caxias”, escrevia o imperador. “Acabe-se com honra a guerra... cumpre mandar soldados e mais soldados aos nossos generais.” Escrevendo à condessa de Barral, o imperador anunciava o fim do conflito. Ledo engano. A guerra iria durar ainda cinco longos anos.

Mas foi em fevereiro que veio o sinal. Leopoldina trazia as marcas do amor de Gusty. Muito sono e muitos vômitos. Doravante, o brinquedo seria com bonecas de verdade. Este era o século da “boa mãe”, século em que o amor materno tornava-se um código de boa conduta para as mulheres. Considerado um valor vitoriano, ele idealizava as relações entre mães e filhos. Leopoldina, aos 18 anos, estava pronta a enfrentar a agenda. Enquanto isto, nas academias de medicina, médicos discutiam se as mulheres frias não concebiam mais facilmente do que as amorosas. A tranquilidade as ajudaria a guardar o esperma. De repente, o prazer feminino não era necessário à procriação, se mostrando não apenas inútil,

como suspeito. O importante era valorizar o pudor: o coração distante dos desejos lúbricos. Manter-se casta apesar da aproximação do companheiro. O pudor consistindo em não ter sexo ou a ignorar que se tinha um. Desviar a mulher de sua própria sexualidade era consagrá-la exclusivamente à maternidade.

Minha querida Isabel

Digo-lhe também que quando há dias passados estava muito enjoada e toda mole e tonta, veio o Bonifácio de Abreu me ver e disse que isto era um sinal de gravidez... Petrópolis insuportável com a chuva... Os enjões continuam... Hoje estou horrivelmente enjoada. Penso que será lá pelo mês de setembro que o duquinho ou a duquesinha de Saxe fará sua aparição no Brasil, mas por ora não sei... o que é certo é que eu o encomendei para que chegue de Paris... Se lembra da asneira que nos diziam quando alguma pessoa tinha tido um filho? Por exemplo: veio por este pacote uma criança de Paris... Só a você, por ora, é que Gusty deu licença para anunciá-lo, mas por ora não sei se eu vou ter um ou uma como já lhe disse... Há de ser muito engraçado Gusty papai e eu mamãe, pobre criança, quantas palmadas não levará talvez de papai. Eu antes dizia que havia de dar muita palmada, mas agora sei que as palmadas se converterão em beijos. Hoje dia de visitas e eu com uma vontade horrível de lançar... Muito enjoada... Meus vestidos estão ficando largos em cima e na cintura não posso mais abotoar. Trago por cima cintos largos com fivelonas. Cada vez estou mais contente com o meu bom e bonito Gusty. Ele gosta muito de mim, tomara que nosso filhinho ou filhinha seja parecido com ele. Peço-lhe não dizer nada a ninguém do que lhe anunciei.

Tempo de silêncio e segredo. Era preciso conservar o fruto. Fazê-lo amadurecer até o fim. O ideal seria uma gravidez vivida na ponta dos pés,

como entre parênteses, ao abrigo de olhares. Melhor impedir toda agitação, retirando-se da cidade para viver a tranquilidade do campo. Nada de cruzar as pernas, evitando estrangular a criança. Nada de chaves na cintura, para evitar lábio fendido. Nada de tristezas ou de agonias, para não fazê-lo sofrer ou nascer feio. Infinitas crenças deviam proteger a criatura em seu ninho. Ninho, útero, matriz: objeto de um respeito quase religioso, lugar sagrado onde se reproduzia a vida, onde se elaborava um novo ser. Junto com a barriga, crescia o medo e a ansiedade em torno do parto. Ou em torno do sexo da criança a chegar. Superstições feitas à luz da lua deveriam responder a esta questão: menino ou menina? Na Corte, a mulata do Castelo, vidente respeitada, previa o futuro da criança a chegar. Homens garantiam a linhagem, coisa fundamental numa família em que os varões pouco duravam. Consultavam-se, então, as urinas ou a cor dos mamilos da grávida.

Não durou. A 21 de maio de 1865, Leopoldina relatava a perda do Bebê:

Eu esperava fazer-lhe titia no fim deste ano, mas infelizmente o seu sobrinho ou sobrinha nasceu muito cedo. No dia 2 de maio às cinco e meia da manhã, sem que eu sentisse nenhuma dor, comecei a sentir-me molhada e a pôr sangue. Eu logo disse a Gusty que pensava que eu estava desarranjada. Gusty imaginou que devia ser o que tenho todos os meses. Quem dera que o fosse. Mas eu fui remexer-me na cama e senti sair uma posta de sangue. Eu pus-me a chorar dizendo a Gusty que julgava que aquilo era nossa pobre criança. Ele disse que não chorasse porque pensava que isto era impossível. Ele mandou chamar Touvel para ver-me e ele disse que era um sinal de aborto. Infelizmente o foi. Eu pus-me a chorar quando recebi a sua carta escrita “Minha querida Mamãezinha”... Apesar de ter tido a infelicidade que tive, ainda sou a mesma pessoa alegre que você conhece.

De fato, muito alegre e, também, uma deliciosa mistura de ignorância e desinibição. Apesar da repressão sexual, podiam-se enfrentar as conseqüências do funcionamento do corpo sadio ou doente. Uma diarreia na cama ou um jorro de mênstruo? Nada de vergonhas. Eram como duas crianças grandes brincando. Crianças grandes que até faziam uso da linguagem escatológica como crianças pequenas. A coprolalia servia para identificar as pessoas que circulavam à volta do casal. Machado — José Machado Coelho de Castro, fidalgo da Casa Imperial — era jocosamente apelidado de *ma chiade* (minha caganeira). De Lamare — o vice-almirante Joaquim Raimundo, veador do imperador — era o *l'Amiral de la merde* (almirante de merda). E à mana, Leopoldina perguntava em bilhete, “você se borrou com as pastilhas de chocolate?” — borrou substituindo *burrer*, que em francês significa entupir-se. Assinava-se Leopoldina de Cagaburro!

Apesar do mau tempo de guerra e sombras, estes eram, para o jovem casal, tempos venturosos. “Eu vivo muito feliz com meu caro e bom e tudo que há de melhor Gusty. Estou ficando um pouco menos elefante.” Viviam — como se dizia, então — “em inteligência” entre si. Viviam na multiplicação de alegrias. E, por isto mesmo, Pedro Augusto nasceu dez meses depois.

No quarto, os terrores da jovem mãe eram vagos. Sendo a ignorância uma parte indispensável da pureza feminina, ela pouco sabia sobre a concepção ou sobre dar à luz. Regime alimentar e ternas exortações serviam para induzi-la a crer que era preciso amar aquela criaturinha que sairia de sua via mais secreta. Criaturinha igual aos Meninos Jesus de cera que dormiam, envoltos em rendas, nos presépios. A oração era um recurso forte. Os conventos da cidade faziam novenas em intenção do bom parto da princesa. Milagre que a mãe não tenha morrido de febre de parto, maldição que vitimava milhões, empurrando viúvos para um segundo e rápido casamento. Esposas eram um recurso renovável, nesta época.

Era conversa feminina falar de receitas para partos complicados, de crianças mortas antes de receber o batismo, de jovens mães levadas pela febre do leite. Milagre que a criança não tenha morrido de crupe! Na cozinha e na lavanderia do palácio, numa pausa de trabalho, as criadas, molhando a rapadura no café, comentavam sobre a saúde da parturiente e do pequeno. De início houve forte hemorragia, assustando a todos. Depois, tudo correu bem.

As ordens do imperador tinham sido claras:

Havendo Sua Majestade o imperador por bem que, quando S. A. a Sra. D. Leopoldina se achar próximo a dar à luz, seja de dia ou de noite, o Senhor príncipe ou princesa, cujo feliz nascimento se espera, os ministros de Estado, os conselheiros de Estado e os grandes do Império concorram ao palácio da residência de Sua Alteza, para o que lhes servirá de sinal uma girândola de foguetes soltada da Imperial Quinta da Boa Vista e correspondida por outra no morro do Castelo.

O *Jornal do Commercio* noticiou a reunião dos “grandes” no palácio: além dos membros da família, ministros de Estado, presidentes das duas Câmaras legislativas, conselheiros e oficiais da Casa Imperial. Não houve sessão no Senado e uma deputação de 14 membros foi felicitar Suas Majestades Imperiais pela chegada do neto varão. A moça, gabava-se o avô, “portara-se com sangue-frio, boa para com todos”. Às 4 horas e 10 minutos nascera “um belo rapaz”. D. Pedro se derretia: era o Pedrinho.